

de 2003, 3.266 de 2003, 4.269, de 2008, 6.035, de 2017, 6.251, de 2018 e 6.468, de 2019, em sua 163ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Deferir a solicitação de Sobrestamento dos Prazos Contratuais da empresa VIDALCAR AUTO CENTER LTDA ME, objeto do processo nº 160.001.157/2001, por 1600 (mil e seiscentos) dias, somando-se aos 397 (trezentos e noventa e sete) dias concedidos por meio da Resolução nº 15/2019 - COPEP/DF, sendo que os prazos contratuais, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, 25/08/2014, passariam a ser os seguintes: prazo de início de contagem dos prazos contratuais: 12/02/2020;- data para desconto máximo (80%, em 24 meses): 11/02/2022;- data para desconto mínimo (60%, em 36 meses): 11/02/2023; data de vigência do Contrato: 11/02/2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO ROBERTO DA MATA
Presidente do COPEP/DF
Secretário de Estado

(*Republicada por ter sido encaminhada com incorreção no original, publicada no DODF nº 221, de 24 de novembro de 2020, página 15.

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)

Defere o Recurso Administrativo contra o Indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo para implantação de empresa beneficiada no âmbito do Pr6/DF II.

O CONSELHO DE GESTÃO DO PROGRAMA DO PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENHIMENTO PRODUTIVO DO DISTRITO FEDERAL - COPEP/DF, nos termos do Decreto nº 41.015, de 22 de julho de 2020, que regulamenta as Leis nºs 3.196, de 2003, 3.266 de 2003, 4.269, de 2008, 6.035, de 2017, 6.251, de 2018 e 6.468, de 2019, em sua 163ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Deferir o Recurso Administrativo contra o Indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo para implantação de empresa VERSACE MEDICAL MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, objeto do processo nº 160.000.608/2006, fazendo com que os prazos contratuais passem a ser os seguintes: início da contagem dos prazos: 11/02/2010; data para desconto de 50%: 10/02/2012; data de vigência do Contrato: 10/02/2015.

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da Resolução nº 24/2019 - COPEP/DF, de 27 de fevereiro de 2019, publicada no DODF nº 47, de 12 de março de 2019, que tornou público o indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo para implantação da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO ROBERTO DA MATA
Presidente do COPEP/DF
Secretário de Estado

(*Republicada por ter sido encaminhada com incorreção no original, publicada no DODF nº 221, de 24 de novembro de 2020, página 15.

RESOLUÇÃO Nº 557, DE 31 DE JANEIRO DE 2013 (*)

Revoga Resolução que indeferiu PVEF de empresa incentivada no âmbito do Pr6/DF II.

A CÂMARA SETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS E INFRAESTRUTURA, nos termos da Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004, em sua 3ª Reunião Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012, com a Ata aprovada e decisões confirmadas na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução nº. 194/2010 – COPEP/DF, de 31 de março de 2010, publicada no DODF nº. 77, de 23 de abril de 2010, página 03, que indeferiu o projeto de viabilidade econômico-financeira da empresa J. F. de Freitas Marcenaria Me, objeto do processo nº. 160.000.786/2001.

Art. 2º Aprovar o Projeto de Viabilidade Técnico Econômico-Financeiro - PVTEF para fins de expansão da empresa J.F. DE FREITAS MARCENARIA ME, visando à obtenção de incentivo econômico por meio do PRÓ/DF II:

Processo: 0160-000786/2001; Interessado: J F de Freitas Marcenaria ME. Endereço Atual: Lote 05, Conjunto B, AC 319 - Santa Maria/DF. Endereço Pleiteado: Lote 05, Conjunto B, AC 319 - Santa Maria/DF. Data da Constituição da Empresa: 28/05/1998

Natureza do Projeto: Implantação. Área Indicada: 540,00 m² Aedificar: 315,00 m²

Empregos Existentes: 00 A gerar: 02 Totais: 02.

Investimento Total Previsto: R\$ 141.895,00 (cento e quarenta e um mil e oitocentos e noventa e cinco reais)

Atividade Econômica: Serviços de marcenaria, fabricação de móveis de madeira sob medida, serviço de instalação de móveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO ROBERTO DA MATA
Presidente do COPEP/DF
Secretário de Estado

(*Republicada por ter sido encaminhada com incorreção no original, publicada no DODF Nº 28, de 05 de fevereiro de 2013, pag. 66.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

UNIDADE DE CORREIÇÃO E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PORTARIA Nº 82, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

A CHEFE DA UNIDADE DE CORREIÇÃO E TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento na competência delegada por meio do art. 2º da Portaria Nº 78, de 12 de novembro de 2020, publicada no DODF nº 216, de 16/11/2020, no exercício da competência inscrita no art. 211, § 1º c/c art. 255, II, "b", da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente:

I - por 30 (trinta) dias, os processos sindicantes nºs:

a) 0017-000916/2008;b) 00431-00006737/2018-58

c) 00431-00007996/2018-04

d) 00431-00011999/2017-53;

e) 00431-00017935/2018-47;

f) 0380-002125/2012;

g) 0380-002615/2013;

h) 0431-000393/2017.

Art. 2º Reinstaurar, tendo em vista o decurso de prazo, com amparo na Súmula 592 do Superior Tribunal de Justiça, a contar do dia subsequente ao vencimento do período vigente:

I - por 30 (trinta) dias, os processos sindicantes nºs:

a) 00431-00009750/2019-40;b) 00020-00015076/2017-11;

c) 00431-00004239/2019-51;

d) 0290-000095/2013;

e) 0380-002740/2009;

f) 0431-001332/2016.

Parágrafo único. Na data da reinstauração prevista no caput, ficam reconduzidos às comissões de que tratam os processos relacionados nos incisos I e II, mantidas as mesmas funções, os servidores que as integram atualmente, com a incumbência de prosseguir com a apuração dos fatos respectivos.

Art. 3º Ficam convalidados os atos que porventura venham a ser praticados pela Comissão no período compreendido entre o vencimento do prazo vigente e a publicação deste ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA LETICIA DE SOUZA CAMPOS

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

303ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA VIRTUAL

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às 9h30 foi realizada a 303ª Reunião Ordinária do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal - CAS/DF, comparecendo os(as) seguintes conselheiros(as) Kariny Geralda Alves Veiga (Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), Nathália Eliza de Freitas (Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), Orlando Silva Ilorca (Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal), Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha (Casa do Caminho), Ícaro de Jesus Maia Cavalcanti (Ordem dos Advogados do Brasil Seção Distrito Federal – OAB/DF), Leilane dos Santos Peixoto Nascimento (Suplente da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania), Maria Júlia da Silva Pereira (Associação dos Servidores da Assistência Social do Governo do Distrito Federal/ASAS-GDF), Wilma Leiliane Batista de Freitas (Titular da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa), Francisco Rodrigues Corrêa (Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal), Mairla da Silva Feitosa (Segmento de usuários), José Donizzetti de Melo (Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília - OASSAB), Manoel Gomes Pina (Associação Comunitária de São Sebastião - ASCOM), Priscila Maia de Andrade (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/DF), Rafael Gonçalves de Santana e Silva (Conselho Regional de Psicologia - CRP-DF) e equipe da Secretaria Executiva do CAS/DF. Como convidada: Mayara Rocha (Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal). Justificativa de ausência: Michele da Costa Martins (Suplente da Secretaria de Estado de Saúde) por ocasião de férias e Genilda da Silva (Segmento de usuários) que registrou estar sem acesso a internet. Havendo quórum regimental a reunião foi instalada e conduzida pela Presidente do CAS/DF, conselheira Maria Júlia. A presidente Maria Julia procedeu a aprovação da pauta, explicando que além dos assuntos definidos anteriormente estava prevista a vinda da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Mayara Rocha, que havia sido convidada pelos conselheiros, conforme decisão em Plenária anterior. A pauta foi aprovada sem observações. Passou-se a análise das Atas da 302ª Reunião Ordinária e da 8ª Reunião Extraordinária Virtual, que foram aprovadas sem ressalvas. O conselheiro Orlando pediu para relatar um processo antecipadamente, devido a dificuldades técnicas de acesso a reunião. A presidente concordou com a antecipação. A conselheira Nathália pediu a inversão da pauta, para que fossem feitos os relatos de processos de entidade primeiro e posteriormente os relatos das comissões. A Presidente procedeu à votação e foi aprovada a inversão de pauta. Na sequência a conselheira Maria Julia passou a palavra para a conselheira Nathália. A conselheira Nathália passou a relatar o processo da CONGREGAÇÃO DAS MISSIONARIAS DA

CARIDADE - 00431-00008230/2017-58 informando que se tratava de acompanhamento, para manutenção do registro ou não por parte do CAS/DF. Prosseguiu explicando tratar-se de instituição localizada em Samambaia Norte, que em 2017 solicitou inscrição para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes. A conselheira recomendou a MANUTENÇÃO do registro da entidade e foi acompanhada pelos demais conselheiros. Ademais, a conselheira Priscila sugeriu incluir no parecer referente à entidade, a indicação de orientação para o aprimoramento do traçado metodológico e divisão do público atendido por idade e o conselheiro Rafael sugeriu a produção de material pedagógico sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para orientação das entidades. A conselheira Nathália explicou que no ano passado a Diretoria de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizou rodas de conversa, visando alinhamento conceitual sobre esse serviço, mas reforçou que a formação das organizações em relação ao tema é uma necessidade permanente. Ainda sobre esse tema a conselheira Priscilla registrou que há muita produção acadêmica da Secretaria Nacional de Assistência Social sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Na sequência a conselheira Nathália relatou o processo do INSTITUTO TOCAR - Acompanhamento e Inclusão de Serviço - 00431-00015773/2018-11, que havia solicitado inclusão de serviço. A entidade já era inscrita para ações de assessoramento e solicitou ofertar Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional para adultos e famílias. A conselheira relatora recomendou a inclusão de serviço. O conselheiro Rafael perguntou se não se tratava da instituição que atua no alojamento provisório. A conselheira Nathalia respondeu que sim, mas que alojamento provisório não é serviço tipificado e por isso não foi solicitada à época a inscrição desse serviço no CAS/DF. A presidente Maria Julia perguntou se todos estavam de acordo e foi aprovado o DEFERIMENTO do serviço, além da MANUTENÇÃO da inscrição atual. A Presidente passou a palavra para conselheiro Orlando relatar o processo da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÁ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE - 0431-001030/2017, que solicitou inclusão de serviço acolhimento institucional na modalidade Casa de Passagem, além de necessitar de posicionamento do conselho em relação a manutenção de sua inscrição. O conselheiro Orlando se posicionou pela MANUTENÇÃO da inscrição relativa ao o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e pelo DEFERIMENTO da inclusão do serviço de acolhimento. A posição do conselheiro foi acompanhada pela plenária. A Presidente Maria Julia perguntou se haviam mais relatos prontos para a leitura em plenário, da lista apresentada em pauta. A assessora Vanessa sugeriu que fossem lidos um a um, para registrar a situação de cada processo. A vice-presidente Kariny informou não ser possível relatar seu processo de acompanhamento pois, no caso específico, ainda considera necessária a visita à instituição. O conselheiro Ícaro passou a relatar o processo da REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA-RFCC - 0380-000994/2012, referente ao acompanhamento anual, sugeriu adequação da inscrição pois a entidade oferece serviço de acolhimento sem inscrição desse serviço no CAS/DF. Tendo em vista a chegada da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Mayara Rocha, na Plenária Virtual, a presidente Maria Julia pediu a suspensão dos relatos para recebe-la. A Secretária de Estado, Mayara Rocha, iniciou sua fala reconhecendo o importante trabalho do Conselho de Assistência Social do DF e afirmando que quando se fala da política de assistência social é preciso inovação e dinamismo e que a equipe da Sedes está buscando avançar nessa construção. Explicou que apesar de não ser assistente social e sim advogada, tem aprendido muito com todos e a presença de Kariny, enquanto servidora é muito enriquecedora. afirmou que a SEDES precisa de forte articulação com outros setores de governo e que tem trabalhado por isso. Que as portas de seu gabinete estão sempre abertas para ouvir feedback. Que há duas semanas retomaram as visitas as unidades, que está visitando as unidades e escutando os servidores quanto as necessidades para o aperfeiçoamento do serviço, e que na secretaria é necessário trabalhar com prioridades. Que reconhece a qualificação dos servidores e que entraram para somar. Que o desafio é grande, mas que a equipe técnica se debruça, se dedica e se aprimora. Que como Secretária de Estado tem batido nas portas dos outros Secretários do DF e nacionais para contribuírem com o DF. Que quer trazer projetos pilotos para o DF. Ela pediu desculpas por não acompanhar o debate durante toda a reunião toda mas que a SEDES está bem representada pela vice-presidente Kariny. A vice-presidente Kariny abriu a palavra para a manifestação dos conselheiros, solicitando a todos que fizessem perguntas objetivas, para melhor aproveitar a presença da Secretária na reunião. A conselheira Maria Julia se apresentou como presidente do CAS/DF e servidora da sedes desde 1985. Ela registrou a informação de que a conselheira do segmento de usuários não pode usar telefone institucional e que os conselheiros do segmento de usuários estão ausentes porque não há equipamentos disponíveis para terem acesso às reuniões virtuais. A Secretária de Estado, Mayara Rocha, passou a palavra para a vice-presidente Kariny responder em relação ao celular para os conselheiros do segmento de usuários. A vice-presidente Kariny explicou que o Subsecretário de Administração Geral da SEDES, Rafael, explicou que não é possível passar os telefones diretamente para os usuários mas que é possível que o CAS/DF que fique responsável pelos aparelhos e repasse para os conselheiros. A conselheira Priscilla se apresentou como parte do segmento de trabalhadores e representante do CRESS/DF. A conselheira registrou sua experiência de muitos anos como professora da UnB e de atuação no âmbito da assistência social. A conselheira Priscilla prosseguiu agradecendo a presença da Secretária de Estado, pois disse saber das dificuldades de ajustes de agendas; que o trabalho do conselho é para contribuir e aprimorar as políticas; que ficou feliz por ouvir a secretária falar em direitos e aprimoramento; que ao ouvir a secretária pensou que só é possível avançar com ampliação dos recursos humanos; que há servidores adocidos e que a SEDES precisa da nomeação dos concursados e que o conselho precisa saber quando ocorrerá o ingresso desses servidores. A conselheira Priscilla prosseguiu afirmando gostar do fato de que a

Secretária esteja visitando as unidades, que é preciso ampliar o número de unidades, que a cobertura propiciada pelas unidades atualmente é baixa pro tamanho da população e pras necessidades. Segundo ela advogados compõem o rol de profissionais de assistência social assim como pedagogos, assistentes sociais e demais profissionais e que é bom ter uma secretaria formada em direito já que é importante a efetivação de direitos. Que uma das questões que tem debatido é o Programa Prato Cheio, mesmo se tratando de um programa de segurança alimentar. Que o referido programa atende cerca de 30.000 vagas mas que há uma fila muito grande de pessoas que precisam entrar nesse programa, e que existe a discussão de tirar as pessoas que estão recebendo atualmente e colocar novas pessoas no programa. Perguntou qual o direcionamento da SEDES sobre o programa, já que alimentação é uma questão básica para a população. Registrou ainda que o Governador Ibaneis afirmou que o ano que vem será de muita fome e que vai precisar da solidariedade e se sentiu constrangida ao ouvir isso, e se perguntou porque a assistência precisa de orçamento caritativo enquanto outras políticas não; que na Secretaria da Família foram criados 59 cargos; que há áreas na secretaria da família que já existem em outras estruturas de governo e que os serviços da assistência social são voltados a convivência e formação de vínculos; que os objetivos da nova secretaria são muito parecidos com o que a assistência social e perguntou porque a concorrência ao invés de melhorar assistência já que se tratam dos mesmos públicos e mesmos objetivos. A Secretária Mayara respondeu que, em relação ao concurso, concorda que estamos sofrendo com a falta de servidores, e que por isso seu primeiro passo como Secretária de Estado foi destravar o processo do TCDF e nomear 100 técnicos administrativos, que já encaminhou o processo da nomeação para a Secretaria de Estado de Economia mas que não poderia afirmar exatamente quando será liberado pois não depende apenas dela, que dentro da legalidade estão fazendo todo possível. A Secretária de Estado afirmou ainda que dialoga com servidores e usuários para saber de suas dificuldades e necessidades, que no alojamento provisório conversou com usuários em situação de rua, e conheceu pessoas inteligentes e que chegou a conclusão de que é possível sim ajudar essas pessoas. Que procura parceiros e mobiliza a equipe para fomentar o empreendedorismo. Que trabalha para garantir direitos e principalmente incentivar a potencialidade das pessoas que estão em situação vulnerável. A Secretária Mayara prosseguiu afirmando que tem visto as pessoas clamando pelo Programa Prato Cheio, pois o programa dá dignidade e autonomia das pessoas e ganhou notoriedade, entretanto, é preciso registrar que ele não é um programa de transferência de renda e possui caráter emergencial. Que a secretaria entende que é um auxílio emergencial, com critérios que precisam ser analisados, e que em algum momento terá que será feito um novo cadastramento; que a intenção é aumentar o Programa Prato Cheio e que a Secretária de Estado de Economia está analisando essa solicitação e a disponibilidade orçamentária e que é preciso identificar as pessoas receberem indevidamente, que serão retiradas e entrando novos beneficiários. Na sequência, a Secretária de Estado explicou que foi questionada quando entrou na SEDES em relação à cultura do primeiro damismo e que tem aprendido a cada dia em relação ao SUAS. Que não abre mão de doações porque acredita no potencial da sociedade civil. Que o desafio desse governo é trazer as pessoas para participar. Que as pessoas só começam a ter noção da importância da pauta quando a política ganha visibilidade. Que o governo não deve entender a assistência social como caridade mas que deve estimular a atuação da sociedade civil. Que estão previstas reformas e construção de novas unidades. Que sobre a Secretaria da Família, tem uma agenda com o Secretário, e que a Secretaria da Família não pode adentrar na execução dos serviços socioassistenciais. Que será possível intersectorialidade com essa secretaria. Que os cargos em questão não foram criados, foram remanejados. Que é possível fazer um trabalho de excelência e para isso precisamos delimitar as ações que eles não podem adentrar. A conselheira Priscilla agradeceu as colocações. A conselheira Adriana pediu a palavra e colocou que se houvessem os recursos financeiros e humanos necessários, se hoje a fome estivesse alarmante, não haveriam 27 mil pessoas pedindo acesso ao Programa Prato Cheio; que se houvesse investimento para executar a política não seria necessário criar uma Secretaria da Família; que se ao invés de criar alternativas, houvesse investimento na política do SUAS, não seria necessário procurar o setor privado. A conselheira Adriana prosseguiu afirmando que as ações são paliativas e não direitos como está definido na constituição federal e que atualmente não conseguem trabalhar na prevenção; que se valorizassem o que está escrito no SUAS hoje automaticamente estariam investindo nas possibilidades que o SUAS apresenta. Agradeceu pela vinda da Secretária e disse que a ela deveria vir mais vezes; que montou-se uma coordenação dos fundos, desmontando a estrutura que havia e que uma estrutura própria do fundo havia sido uma conquista. A Secretária Mayara respondeu que não podemos esperar um mundo perfeito para trabalhar e que o poder público não dá conta de atender todas as demandas de todas as áreas ao mesmo tempo e que isso é um desafio em todos os lugares do mundo. Que se todas as leis fossem cumpridas no nosso país, seria maravilhoso, mas que a gestão está encarando a realidade, que a equipe está dando seu melhor de acordo com a realidade em que estão inseridos. Que desde que o dia que assumiu trabalha para dar visibilidade à pasta. Que está trabalhando no máximo, dando seu melhor. Que a SEDES é muito diferente de outras pastas e surgem prioridades a todo momento. Que não espera concordância em tudo mas que estar aberto aos debates é muito importante. Que o SUAS prevê a parceria com a sociedade civil e o poder público tem obrigação de fomentar a participação da sociedade. Que é preciso incentivar as potencialidades dos servidores e usuários. A Secretária pediu licença aos participantes da Plenária pois já havia uma pessoa a esperando em outro compromisso. A Presidente do CAS/DF agradeceu pela presença da Secretária de Estado e disse que as portas do CAS/DF estão abertas. Que a SEDES e o CAS/DF são parceiros. A conselheira Priscilla pediu a palavra e disse que fazer coisas que não estão estabelecidas na legislação, poderá gerar ações que não vão ser permanentes e serão paliativas, se tratando de políticas de governo e não de Estado. Que tal colocação foi lamentável pois

foge da perspectiva do cumprimento da lei. Que o momento é de fome, de tristeza, de sofrimento e que, no contexto da pandemia: ou a assistência social irá ocupar o lugar que deve ou serão criados projetos pontuais agora que serão finalizados depois. Que se enxerga como alguém que defende direitos. O conselheiro Ícaro pediu a palavra e afirmou que estamos indo para o terceiro ano de governo e é ruim receber a secretária dizendo que não tem profundidade na política de assistência social, que as respostas da Secretaria foram vagas, que ficaram em aberto as questões do concurso e da Secretaria da Família. Na sequência, o conselheiro Orlando se disse que sente contemplado pela presença da fala da secretária. Que em relação à intersecretorialidade, há necessidade de fortalecimento interno das relações, que o CAS tem representantes de várias secretarias, e que também é necessário incluir as administrações regionais avançar nesse aspecto e apresentar projetos. Que o problema da geração de empregos pode ser foco da Comissão de Políticas de Assistência Social, e que tem uma ideia que já foi conversada com conselheiros, para ajudar o público da assistência social a conseguir emprego. O conselheiro Orlando defendeu que seria bom a secretária colocar um assessor para as discussões sobre esse tema e por último, em relação a secretária da família, disse que vai atrás deles, porque, no ponto de vista dele, pode ser uma secretária importante, que irá procurá-los para apresentar demandas e que fogem das atribuições da SEDES e espera que dê certo. A vice-presidente Kariny explicou que independente de quem esteja na cadeira de secretário, dependem de outros setores do governo e a Secretária, nessa situação não tem como apresentar datas para a resolução de algumas questões e que há sobreposição em relação a Secretária da Família sendo necessária a definição das atribuições, que essa conversa entre os secretários é muito importante e que as ações previstas como serviços do SUAS não serão realizados por outras secretarias. A conselheira Kariny considerou que a Secretária de Estado também não se oporia a ter um assessor para tratar da questão da empregabilidade dos usuários e seguiu afirmando que a Secretária se colocou a disposição do CAS/DF e que essa aproximação com o conselho é importante para o SUAS no DF. Que temos o Programa ACESSUAS como área de trabalho e que já está bem desenvolvido pela equipe técnica. Que sabe que a política de assistência social não faz nada sozinha e que é necessário reforçar a intersecretorialidade no trabalho da SUBSAS. O conselheiro Orlando perguntou aos demais presentes como poderiam trabalhar a questão da intersecretorialidade entre as secretarias. A vice-presidente Kariny respondeu que é preciso definir pontos específicos, que há um grupo de trabalho trabalhando a questão da população de rua e que é preciso precisar quais são os principais gargalos em que precisamos das demais políticas; que a intersecretorialidade com a área de saúde é muito grande, que existe a nova secretária de empreendedorismo, com a qual precisamos analisar o que podemos fazer juntos. Que podem trabalhar o tema na CPAS e se for preciso a interlocução com as secretarias pode ser feita pela SUBSAS ou pelo gabinete da SEDES. Que o mesmo público é atendido por várias secretarias e que a articulação poderia tornar a política de assistência mais efetiva. A conselheira Priscilla reforçou que a intersecretorialidade é importante sim, mas que acredita que há restrições, pois não adianta se for uma iniciativa apenas da SUBSAS, se não houver um comando do gabinete do governador para realizar a intersecretorialidade. A vice-presidente Kariny respondeu que a fala da Secretária de Estado demonstra compreensão da necessidade desse esforço. A conselheira Adriana pediu para fazer uma colocação e defendeu que a intersecretorialidade deveria ser garantida a partir da presença dos representantes dos governamentais na reunião do conselho e acredita no esforço da Kariny e da equipe técnica mas que é preciso começar com as nomeações do conselho. Kariny respondeu que se fosse fácil garantir a intersecretorialidade não seria necessário discutir isso no conselho. A conselheira Nathália registrou que no campo da intersecretorialidade tem feitos muitas aproximação com a saúde, que há um diálogo importante sobre o público da assistência na saúde e um fluxo dos usuários da saúde na assistência. Que a sedes participa do debate sobre programas habitacionais de baixa renda. Que as vezes é difícil mensurar pois esses processos são longos, e em alguns o saldo será mais positivo dos outros. A presidente Maria Julia sugeriu que os conselheiros do governo conversem e tragam propostas nesse sentido para o CAS/DF. A Secretária Executiva do CAS/DF Alessandra Costa informou ter ocorrido reunião no dia anterior para tratar a situação da nomeação dos conselheiros governamentais que estão ausentes e que a SEDES se comprometeu a tomar providências. O conselheiro Beto disse que há muitos anos acompanha o debate sobre a intersecretorialidade nos conselhos, que deveriam ser o espaço da intersecretorialidade, que percebe sua fragilidade como sociedade civil, porque a dinâmica dos partidos e interesses leva ao loteamento das políticas públicas; que o governador deu um problema para a Secretária de Estado e que se o governo trabalhar a intersecretorialidade será um avanço; que é preciso aproveitar o potencial de articulação da Secretária Mayara, porque ela tem relação com outros secretários; que às vezes os recursos não são gastos e a responsabilidade não é do governador, mas da própria burocracia. Para o conselheiro Beto não dá pra discutir intersecretorialidade sem orçamento, disse ainda que o problema da participação no conselho não é só do governo mas também da sociedade, pois há dificuldades de participação e mobilização também da sociedade civil. A conselheira Adriana perguntou aos demais conselheiros o que seria uma deliberação nesse caso. O conselheiro Beto respondeu que um encaminhamento seria o CAS/DF dar um primeiro passo, conversar com os demais conselhos e abordar os gestores públicos sobre potencialidades e dos avanços, que seria possível discutir a intersecretorialidade das políticas através dos conselhos. A conselheira Adriana lembrou aos demais que em 2017 ou 2018 houve esse debate no CAS/DF mas não avançou. Ela sugeriu que o CAS/DF delibere pelo envio de ofícios para o Conselho do Idoso, de Defesa de Direitos das crianças e adolescentes, das mulheres e de pessoas com deficiência, perguntando sobre como está funcionamento do conselhos e propondo pensar estratégias em conjunto. A Secretária Executiva Alessandra Costa afirmou que acredita ser necessária a realização de uma reunião específica sobre o tema. A vice-presidente Kariny defendeu que o tema seja

debatido numa reunião plenária extraordinária do CAS/DF, com pauta específica: intersecretorialidade. O conselheiro Rafael afirmou que a agenda interconselhos auxilia na mobilização e na perspectiva da participação social e que é importante tratar desse tema. A conselheira Priscilla sugeriu ouvir primeiro os relatos da CPAS e da reunião conjunta das comissões, que também trataram desse tema, e que seja realizada uma plenária extraordinária só com o tema da intersecretorialidade. O conselheiro Beto sugeriu encaminhar o tema para a CPAS e trazer na próxima plenária como uma pauta de ação do conselho a fim de reiniciar o debate e torno da intersecretorialidade. A presidente Maria Julia, dado o adiantado da hora, perguntou aos demais conselheiros se os relatos das comissões, que estavam na pauta, poderiam ser realizados na próxima plenária extraordinária. A Secretária Executiva Alessandra disse que os relatos podem ser apresentados na plenária extraordinária, mas que a atribuição dos conselheiros não é apenas debater mas acompanhar as entidades; que na reunião em questão houve a apresentação de apenas 3 entidades e que é necessário que os conselheiros se dediquem ao acompanhamento das entidades. O conselheiro Ícaro falou que não sabia se o controle das ausências dos conselheiros estava sendo feito, que não dá para apenas quatro conselheiros do governo e quatro conselheiros da sociedade civil serem ativos. A Secretária Executiva Alessandra registrou que há um público de conselheiros nomeados que não participam; que há um dilema pois se pedem a dispensa do conselheiro, chega a levar três meses para designar um novo conselheiro; que há muitas exigências burocráticas por parte da Casa Civil e as outras secretarias nem sempre encaminham os documentos adequadamente. O conselheiro Ícaro concluiu que já passou a fase de conscientização dos conselheiros, e que agora é o momento de mandar ofício para as instituições solicitando a substituição. O conselheiro Orlando manifestou concordância com o conselheiro Ícaro. A assessora Vanessa pediu que fosse finalizado o relato do processo da Rede Feminina, que o conselheiro Ícaro havia iniciado antes da chegada da Secretária de Estado. O conselho Ícaro retomou seu relato informando que a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA-RFCC presta ações assessoramento, mas que abriu acolhimento e sugeriu a MANUTENÇÃO do serviço assessoramento e que seja entidade seja oficiada para solicitar inscrição para acolhimento institucional. O voto do conselheiro Ícaro foi acompanhado pela plenária. Foram retirados de pauta por ausência do conselheiro ou a pedido, os seguintes processos de inscrição: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SALTOS ORNAMENTAIS - 00431-00010548/2020-02; INSTITUTO EVA - EMPODERAMENTO, VALORIZAÇÃO E AUTOESTIMA - 00431-00005185/2020-85; ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA - 00431-00016999/2019-10; OASIS - OBRA DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA E À SOCIEDADE - 00431-00010567/2019-97; ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEM - ASSAB - 00431-00008821/2020-21; INSTITUTO PRO BRASIL - 00431-00006840/2020-12. De acompanhamento: INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS - IMDH - 00431-00000519/2020-24; INSTITUTO DO DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES-INDICA. - 00431-00001026/2020-10; ACONCHEGO - CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA- 00431-00016819/2019-91; INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E TECNOLÓGICO DE PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - INSTITUTO IPÊS - 00431-00016320/2019-84; Centro Comunitário São Lucas - CECOSAL - 00431-00000236/2020-82; CASA TRANSITÓRIA DE BRASÍLIA - 0380-001087/2012; INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E ARTES POPULARES - IECAP - 0431-001029/2017; CONGREGAÇÃO DAS MISSIONARIAS DA CARIDADE - 00431-00008230/2017-58; CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO - 00431-00000528/2020-15; ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS-AESC - 0380-001396/2011; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE - 0431-001030/2017; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM CÂNCER - CONIACC - 0431-000608/2017; PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR - 00431-00017151/2019-08; ASSOCIAÇÃO MARIA DE NAZARÉ - 0380.001085/2012; INSTITUTO SANTA TERESINHA\NOSSA SENHORA DO BRASIL - 0380-001043/2012; INSTITUTO SANTA TERESINHA\NOSSA SENHORA DO BRASIL - 0380-001043/2012; Fundação de Assistência Judiciária da OAB-DF - 0380-002335/2014; Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - RENAPSI - 0380-001763/2012; INSTITUTO DOANDO VIDA POR CLARA E RAFA (IDV) - 00431-00011727/2019-15; Transforme- Ações Sociais e Humanitárias - 0380-001180/2012; CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI - 00431-00011134/2019-59; Instituto Vitória Régia de Desenvolvimento Humano - 00431-00016815/2018-22; INSTITUTO TOCAR - Acompanhamento e Inclusão de Serviço - 00431-00015773/2018-11. Além do recurso referente ao processo da REDE SOLIDÁRIA JUNTOS FAREMOS MAIS - 00431-00010576/2019-88. Foi solicitada pela conselheira Lenice a redistribuição dos seguintes processos: Federação Espírita do Distrito Federal - FEDF - 00431-00010905/2017-29 e ASSOCIACAO LUDOCRIARTE - 0380-001657/2011. Foram distribuídos os seguintes processos: de recurso VISÃO SOCIAL - 00431-00017203/2019-38 conselheira Priscilla; de acompanhamento: OBRA SOCIAL SANTA ISABEL - 0380-002109/2011- conselheiro Rafael; INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL NO SETOR - 00431-00006685/2020-34- conselheiro Valteni; GRUPO LUZ E CURA - 0380-000966/2012- conselheira Wilma; ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CEILÂNDIA - 0380-001294/2011- conselheira Eliane; CENTRO DE PROJETOS E ASSISTÊNCIA INTEGRAL - CEPAI - 0380-001056/2012 conselheira Emanuele; ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA -APB - 0380-003159/2014 conselheiro Francisco. Como encaminhamento a presidente Maria Julia informou que a próxima plenária extraordinária começará com a avaliação dos relatos das comissões e que haverá uma reunião da comissão de ética. A Secretária Executiva Alessandra pediu a anuência da Plenária para dar início ao processo de

cancelamento das entidades constantes da planilha sobre o tema e explicou que essas entidades não prestaram contas no exercício de 2019. Que essa anuência permitirá encaminhar comunicação as entidades dando prazo para apresentar documentos ou justifiquem ou digam que não tem mais interesse nas inscrições. A conselheira Kariny disse que não ver problemas nesse encaminhamento já que os processos retornarão a plenária. Não havendo divergências, a Plenária aprovou o referido encaminhamento, relativo às seguintes entidades: AÇÃO SOCIAL RECOMEÇAR – REC- 0380-002256/2012; CASA DA MÃE PRETA DO BRASIL – CMBP- 00431-00015021/2019-22; CASA DO CANDANGO-00431-00010612/2019-11; CENTRO CULTURAL DANÇAR É ARTE- 00431-00000716/2020-43; CENTRO PRESBITERIANO IDADE E EXPERIÊNCIA - CPIE-00431-00000452/2020-28; GRÊMIO ESPÍRITA ATUALPA BARBOSA LIMA 00431-00008970/2019-56; GRUPO FRATERO ESTRELA DO ORIENTE- 0380-001132/2010 * 00431-00017077/2019-11; INSTITUTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – INDICA- 00431-00001026/2020-10; INSTITUTO PARA A PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DAS CIDADES DO BRASIL – IOM 00431-00014373/2019-61; INSTITUTO VIVER- 00431-00010394/2018-26; OBRAS SOCIAIS GRUPO ESPÍRITA FRATERNIDADE IRMÃ CELINA- 0380-002638/2014 * 00431-00014687/2019-63; COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DE BRASÍLIA- 00431-00016639/2019-18; FEDERAÇÃO ESPIRITA BRASILEIRA – FEB- 0100-002106/2006. Finalizando a reunião, a presidente Maria Júlia agradeceu pela presença de todos e pelo esforço de participarem da reunião. Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada às 12:58 (doze horas e cinquenta e oito minutos); esta ata foi lavrada pela assessora Cláudia Maya e segue assinada pela Secretária Executiva do CAS/DF Alessandra Costa de Carvalho e pela Presidente do CAS/DF Maria Júlia da Silva Pereira.

9ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

Aos cinco dias de novembro de dois mil e vinte, às 9h28 minutos das dez e vinte e oito minutos), foi realizada no aplicativo Webex Meet, pelo link <https://gdf-virtual.webex.com/gdf-virtual-pt/j.php?MTID=m84453f0b34b490fba437da2859cca66d> a 9ª Reunião Extraordinária Virtual do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF comparecendo os (as) seguintes Conselheiros (as): Priscila Maia de Andrade (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS), Manoel Gomes Pina (Associação Comunitária de São Sebastião – ASCOM), Eliane Alves da Silva (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito do Distrito Federal), Orlando Silva Ilorca (Secretaria de Estado de Economia), Emanuelle Castro Rodrigues (Centro de Ensino e Reabilitação-CER), Ícaro de Jesus Maia Cavalcanti (Ordem dos Advogados do Brasil Seção Distrito Federal – OAB/DF), Maria Júlia da Silva Pereira (Associação dos Servidores da Assistência Social do Distrito Federal – ASAS), José Donizzetti de Melo (Obras Sociais de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília – OASSAB), Francisco Rodrigues Corrêa (Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal), Valten José (Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal), Wilma Leiliane Batista de Freitas (Secretaria de Estado de Cultura), e a equipe da Secretaria Executiva. Justificaram ausências: Kariny Geralda Alves Veiga (Secretaria de Desenvolvimento Social - SUBSAS), Genilda Da Silva Santos (Segmento de Usuários e / ou Organizações de Usuários), Nathália Eliza de Freitas (Secretaria de Desenvolvimento Social – SUBSAS) e Lenice Neres dos Santos (Segmento de Usuários e / ou Organizações de Usuários). A presidente do CAS DF iniciou a reunião plenária virtual, a pauta foi aprovada com as seguintes alterações: inclusão do processo da entidade ICEAP para distribuição aos conselheiros e informes acerca da participação do CAS na live da SEDES por intermédio de sua presidente e a secretária Executiva- Em seguida foram apresentados o Relato das Comissões- Reunião conjunta da Comissão de Orçamento e Finanças-COF e Comissão de Políticas de Assistência Social -CPAS realizada em 15 de outubro de 2020; a Cons. Adriana apresentou resumo da reunião e disponibilizou a memória da reunião no processo SEI desta plenária; discorreu sobre a nova estrutura de administração do FAS, subordinada a SUAG, apresentou o Servidor Israel Carrara - diretor de orçamento e finanças do FAS e o servidor Lucas Paiva coordenador de Orçamento e Finanças da SUAG, desta forma eles ficarão responsáveis pelas demandas para as atividades fim da Política de Assistência Social, Israel explicou que executa as ações e orçamentos, porém não participa das decisões e planejamento do FAS; Cons. Adriana solicitou que o gestor atualizasse o CAS sobre a suplementação orçamentária e das emendas parlamentares destinadas a Assistência Social; Israel informou que vários processos estavam parados; conseguiu a liberação do recursos de emenda parlamentar do Dep Fabio Felix, da Senadora Leila e da Dep Flávia Arruda, são cerca de dois milhões de reais para melhorias na estrutura e despesas de custeio; explicou que o fundo nunca executou emendas parlamentares federais e que estão adquirindo expertise neste tipo de processo, daí a dificuldades e demora na execução das emendas; a proposta é concluir o ano sanando todas as pendências; informou que o reajuste da entidades está na secretaria de economia em análise; o contrato VOIP foi assinado pela secretária em 14/10 e deverá ser implementado em até 30 dias nas unidades, melhorando desta forma o sistema de informações da SEDES; os recursos do ministério para as ações do COVID, estão dentro do processo de suplementação, porém não conseguirá executar 1 milhão da verba destinada; os contratos e parcerias estão todos cobertos, desde que saia a suplementação orçamentária solicitada e as emendas estavam encaminhadas; duas emenda da Dep. Flavia Arruda para custeio (2 milhões destinados em maio 2020); emenda parlamentar do Dep Izalci também para custeio (1 milhão), uma emenda da Dep Érica Kokay; e as emendas dos deputados do DF, a emenda do Dep Fábio Félix teve parte liberada para benefícios sociais (cerca de 500 mil) e a outra teve um erro e deverá ser alterada, provavelmente não haverá tempo hábil para execução neste exercício; a emenda do Dep Leandro Grass e Claudio Abrão não poderão ser executadas, pois não o processo

não foi instruído; a emenda do dep Martins Machado de 300 mil foi empenhada; Cons. Adriana questionou sobre o contato com o ministério da cidadania e o SIGTV para o DF, foi informada que a questão foi solucionada; informou sobre uma emenda que não foi apresentada ao CAS e desde 2019 está perdida, 100 mil para investimento. Cons. Adriana informa que a maioria da emendas foram apresentadas ao CAS e estavam dependendo da resolução do sistema SIGTV. Adriana sugeriu que o CAS faça uma deliberação geral aprovando todas as emendas parlamentares; a secretária Alessandra solicitou que seja estabelecido um fluxo para o encaminhamento das emendas especificando qual a parte do CAS neste processo; foi deliberado pelo pleno aprovação das emendas do Deputado Izalci (1) e Érica Kokay (1) e Flávia Arruda (2) todas para custeio, e posteriormente a SUBSAS apresentará ao CAS o programa de trabalho; para execução destas emendas; ficou deliberado que o CAS deverá oficializar a SUAG acerca das emendas parlamentares aprovadas. O Cons. Rafael solicitou informações acerca dos benefícios solicitados em setembro, Israel informou que todos os benefícios estão empenhados para pagamento, e todos estão dentro do prazo. Relato da Comissão de Políticas Sociais -CPAS - a Cons. Priscila apresentou um resumo das três reuniões da CPAS realizadas, trouxe informações de como está sendo a operacionalização da política de Assistência e plano de contingências para enfrentamento da COVID e ações a serem implementadas, realizou reuniões com a SUBSAS acerca das ações na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial, ao final destas reuniões planeja elaborar um documento com os encaminhamentos e propostas para aprimoramento; a pauta das reuniões tem sido a apresentação e análise do plano de contingência e apresentação da SUBSAS acerca das ações de enfrentamento a PANDEMIA, e efeitos e estratégias a serem utilizadas no período pós Pandemia; informou que uma questão recorrente é o atendimento remoto nas unidades, pois não atendem a demanda dos usuários da assistência, mesmo a aumento de telefones não resolve, se não tiver servidor para atender as chamadas; o programa prato cheio está com uma lista de espera muito grande que não está sendo absorvida; a maioria das ações foi sobre a questão da insegurança alimentar e com vários problemas relacionados a isso, o programa prato cheio veio para atender esta demanda de forma mais urgente; a assistência não é responsável pelo programa de segurança alimentar, a assistência social operacionaliza o acesso; o Cadastro do prato cheio foi feito a partir dos dados dos usuários que haviam solicitado cesta de alimentos e estavam no SID's (Sistema Integrado de Informações Sociais); o programa prevê 3 parcelas (para 30 mil usuários), hoje tem aproximadamente 22 mil pessoas na fila para entrada no programa; a Pandemia gera uma perspectiva futura muito desfavorável, com ausência de empregos e renda, e violação de direitos, principalmente a questão alimentar; também foi discutido o retorno das atividades das unidades e entidades, principalmente o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), o plano de retomada das unidades deverá ter garantia de protocolos de segurança para os usuários; o acolhimento de crianças e adolescentes caiu significativamente pois as portas de denúncias estavam fechadas e provavelmente este público está tendo a violação de direitos, o que ocorre é uma silenciamento destas violações; o servidores do SCFV de oferta direta estão fazendo reuniões com os familiares para planejamento e capacitação deste retorno; também foi apresentado SIROD visando organizar o atendimento nas unidades, será um sistema para filtrar as situações emergenciais a serem atendidas; terá agendamento pelo site, 156 ou presencial, com atualização dos dados no SID's; conclui que a assistência social não está cumprindo seu papel, não faz vigilância social, segurança alimentar nem proteção social básica e especial; a SUBSAS implementará melhorias na vigilância social territorial; Cons. Donizzetti solicitou que o 156 atenda também ligações de celulares, foi informado que o 156 já está atendendo celular. Os Cons. demandaram sobre a questão dos abrigos, alguns foram construídos e depois repassados para a educação, em Planaltina e São Sebastião; Cons. Adriana pontou sobre o retrocesso e gastos públicos desperdiçados com estas construções. Cons. Priscilla informou que a CPAS fará mais uma reunião com a SUBSAS e posteriormente fazer os encaminhamentos do CAS para a SEDES com as recomendações a serem aprovadas pelo CAS. Cons. Orlando discorreu sobre o não aproveitamento da sugestões do CAS na execução do Plano de Contingência de enfrentamento, as conselheiras da SEDES participaram como gestoras e não como conselheiras do CAS, de forma que todas as sugestões e encaminhamentos do CAS foram ignorados; Cons. Adriana questionou sobre os encaminhamentos acerca dos telefones celulares para os conselheiros usuários; também ponderou que os abrigos não preparam os jovens para a saída dos abrigos, lembrou que a Proteção Social Especial tenha projeto para os idosos que necessitam de acolhimento e residência inclusiva, não tem esta modalidade de acolhimento para idosos que teriam condições de estar com a família, a SEDES não dispõe de residência inclusiva que atenderia este público de idosos e deficientes, este déficit crônico de vagas nos abrigos gera judicialização, solicita que a SEDES faça um plano de contingência para atender esta demanda; alegou que o CAS não participa das discussões da SEDES, somente é comunicado, a CPAS vai encaminhar uma agenda do CAS com itens a serem cobrados de forma mais incisivos junto a SEDES, não é papel do CAS elaborar as ações da SEDES, mas sim fiscalizar e propor alternativas; Recomposição da Comissão de Legislação e Normas- Cons. Ícaro informou que é um problema sério da comissão, não alcançam quórum e não conseguem realizar as reuniões; solicita maior adesão dos conselheiros; cancelou as última reuniões, pois sem uma recomposição não tem como continuar com a comissão. A Secretária Alessandra lembrou que vários conselheiros foram desligados e/ou não comparecem, há necessidade de recompor o próprio CAS, alerta que a resolução 21 do CAS precisa de revisão urgente, lei de criação do CAS, regimento interno, a legislação tem contradições que precisam ser sanadas etc., no cotidiano da secretária executiva as entidades trazem questões e prazos estipulados de forma diferente na resolução 21 e regimento interno; a assessoria jurídica do CAS está analisando as revisões necessários e construindo um rito de processo a fim de uniformizar os pareceres e relatos do conselheiros. Sugere aguardar a publicação